

economia

Em ata, Copom diz que adotará juro apropriado

Comitê de Política Monetária calcula efeito inicial do consignado CLT e alerta para estímulo da política fiscal

/ CONJUNTURA

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central fez mais um alerta sobre a coordenação dos gastos pelo governo em sua ata divulgada ontem: o esmorecimento em reformas e disciplina fiscal pode elevar o juro neutro. Na quarta-feira da semana passada, o colegiado elevou a taxa básica de juros de 14,25% para 14,75% ao ano.

“O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade”, trouxe o parágrafo 12 do documento.

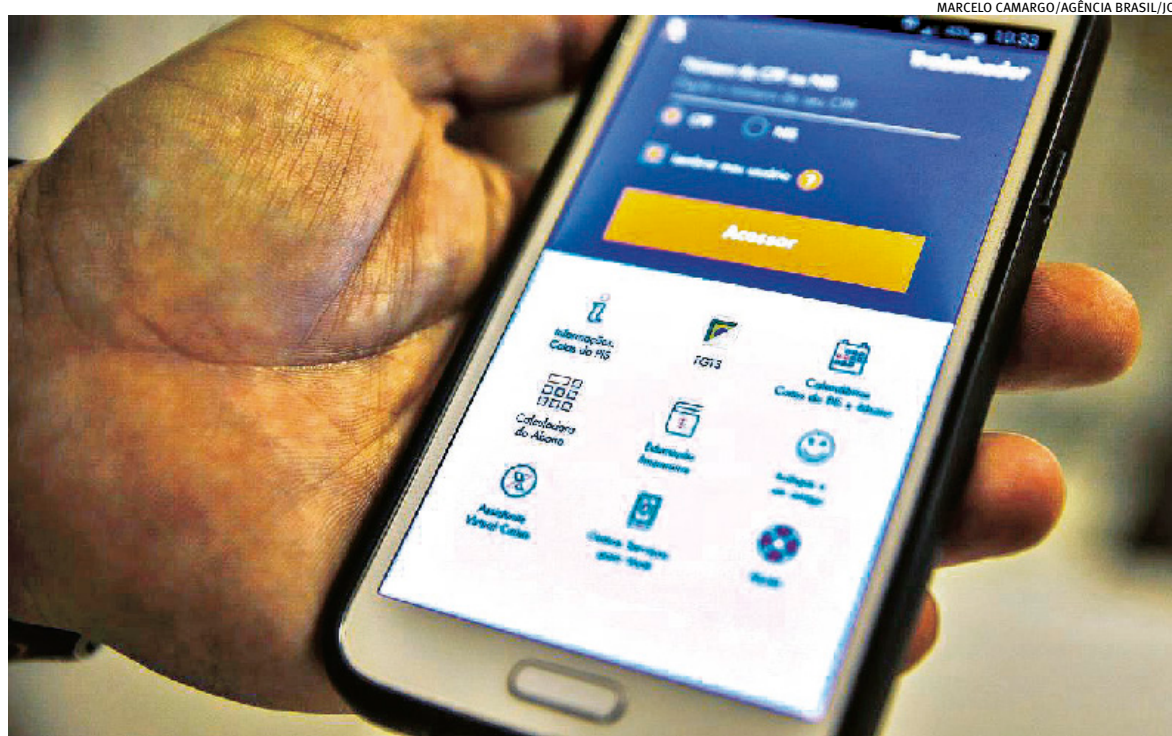
Além disso, segundo a ata, a percepção dos agentes econômicos sobre o regime fiscal e a sustentabilidade da dívida segue tendo impacto sobre os preços de ativos e as expectativas dos agentes. “O Comitê segue utilizando a política fiscal como insumo em

sua análise e, dada a política fiscal corrente e futura, adotará a condução de política monetária apropriada para a convergência da inflação à meta”, enfatizou.

O colegiado também voltou a dizer com ênfase, em sua análise de atividade, que manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas. “Em particular, o debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas.”

O Copom ainda calculou o efeito inicial do novo consignado privado em suas projeções e alertou para o estímulo significativo da política fiscal sobre a economia nos últimos anos. No documento, o colegiado afirmou que uma política fiscal que contribua para a redução do prêmio de risco (rentabilidade adicional cobrada pelos investidores no Brasil) e atue de forma contracíclica — ou seja, que ajude a estabilizar a economia no atual período de expansão — colabora para o trabalho do BC de levar a inflação à meta.

O comitê disse ter incorporado em seu cenário de referência “algum impacto” das alterações do consignado privado sobre o crescimento, pela elevação da



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Colegiado entende que o empréstimo CLT do governo representa alteração estrutural no mercado

renda disponível para a população a partir da troca de dívidas (mais caras por mais baratas). Segundo o Copom, isso tem um efeito mais comedido sobre a projeção. “Ainda há muita incerteza sobre qual será o efeito total do programa, que ainda se encontra em período inicial, então o comitê acompanhará os dados

atentamente para refinar os impactos estimados sobre o mercado de crédito e sobre a atividade”, afirmou.

O colegiado do BC disse também que essa medida representa “possivelmente” uma alteração estrutural no mercado. “Tais medidas serão devidamente incorporadas para a determinação

apropriada da restrição monetária necessária para a convergência da inflação à meta”, acrescentou. O alvo perseguido pelo BC é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta de inflação é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (pisso) e 4,5% (teto).

Desafio das empresas será adequar os sistemas operacionais à reforma

Cláudio Isaias

isaiasc@jcrs.com.br

O grande desafio das empresas gaúchas e brasileiras será adequar seus sistemas operacionais, como por exemplo, a parte de faturamento e a emissão de documentos eletrônicos ao novo sistema tributário que será implementado no Brasil a partir de 2026. Faltam sete meses e 17 dias

para a entrada em vigor da reforma tributária. A declaração foi feita pelo subsecretário da Receita Estadual no Rio Grande do Sul, Ricardo Neves Pereira, ao destacar que as empresas precisam estar preparadas para alterações como a parte de implementação do CNPJ alfa numérico que vai ter um impacto grande nos sistemas das companhias. “Do ponto de vista econômico, é importante

saber como o Rio Grande do Sul tem que se posicionar daqui para frente”, comenta.

Segundo Pereira, a estrutura do ICMS ficará uma parte na origem e isso muda as relações federativas como um todo. “O Estado vai receber recursos com base naquilo que for consumido no Rio Grande do Sul ao longo do tempo”, destaca. O subsecretário da Receita Estadual do Rio Grande do Sul participou ontem do MenuPoa promovido pela Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) no Palácio do Comércio. O debate abordou o tema “Os impactos da reforma tributária no setor produtivo gaúcho”. Além de Pereira, Anderson Trautman Cardoso, sócio do escritório Souto Correa Advogados; e Milton Terra Machado, doutor em Direito Tributário e professor da Pucrs, abordaram como a reforma tributária pode transformar a realidade das empresas no Estado.

Para Cardoso, a nova reforma tributária vai impactar de for-

ma negativa os setores de serviço e de tecnologia. “É uma reforma que poderia ser feita de maneira muito mais tranquila e sem grandes traumas”, destaca. Já Machado diz que a reforma tributária era algo muito sonhado por contribuintes e pelo governo federal. “Estados e municípios terão perdas com o novo sistema tributário. Temos que evoluir até porque a reforma tributária ainda não está pronta”, acrescenta.

A presidente da ACPA, Suzana Vellinho Englert, destaca que embora a intenção do governo federal seja de simplificar o sistema vigente, os diversos setores da economia têm expressado preocupações quanto aos impactos regionais e setoriais da reforma. “A lógica da esfera pública difere, radicalmente, da iniciativa privada”, comenta. Para ela, esta última precisa equilibrar sua balança entre despesas e receitas, enquanto a primeira simplesmente aumenta suas dívidas imputando seguidamente os seus gastos para o cidadão pagar.

Empresas captam R\$ 202 bi no 1º quadrimestre

As empresas captaram o valor recorde de R\$ 202 bilhões no primeiro quadrimestre de 2025, crescimento de 1,8% na comparação com o mesmo intervalo no ano anterior, de acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). As emissões de debêntures seguem em ritmo forte em 2025, mesmo depois do recorde de 2024, e somaram R\$ 126,4 bilhões de janeiro a abril, alta de 13,7% na comparação com igual período de 2024. É um volume também recorde para os primeiros quatro meses de um ano, segundo a Anbima, que faz a série histórica desde 2012.

Nas debêntures, a maior parte dos recursos captados foi destinada para investimentos em infraestrutura (41,6%) e o prazo médio chegou a 9,9 anos, acima dos 7,7 anos do mesmo intervalo no ano anterior. Já as notas comerciais totalizaram R\$ 8,2 bilhões em captações.



TÂNIA MEINERZ/JC

Reforma tributária foi tema do encontro MenuPoa nesta terça-feira